

Combater, viajar, rezar

Não é preciso mais do que o verbo «amar» para fazer um ser humano completo. Quase completo! Mas o amor encontrá-lo-emos em alguns dos títulos referidos mais abaixo. Mesmo nos livros de guerra, o amor — ou o seu contrário — surge; sobretudo quando os seus autores não a fizeram pessoalmente. O amor em *O Paparratos*¹? Verdadeiramente não, mas uma certa nostalgia positiva dos anos de juventude de José Pardete Ferreira, isto é, neste caso, os dois anos (1969-1971) que passou como médico militar na Guiné. Inicialmente mobilizado numa companhia de comandos no território dos manjacos, depois afecto ao Hospital Militar de Bissau, ele evoca neste romance «histórico» factos reais, como (1) a evacuação de Madina do Boé (futura capital provisória do PAIGC), (2) o ataque português contra Conakry, (3) a captura de um capitão cubano próximo de Guiledge e o seu tratamento pelos médicos portugueses em Bissau. O leitor fica a saber que o chefe de posto (?) de Cacheu e uma parteira cabo-verdiana foram presos pela PIDE, acusados de serem «dirigentes» do PAIGC.

Pelo mesmo editor, muito dinâmico a nível da literatura de guerra, recomendamos as recordações apaixonantes de José Alberto Mesquita², também ele, actualmente, médico. Decididamente, os médicos constituem uma percentagem muito grande dos autores que escrevem sobre a guerra colonial. Entre 1968 e 1972, o nosso homem ainda não pertencia a este grupo profissional, mas este filho de um militar de carreira alistou-se em Lourenço Marques e descreve-nos a formação dos aspirantes em Boane, depois a sua afectação, enquanto alferes, a um destacamento de soldados moçambicanos

¹ José Pardete Ferreira, *O Paparratos. Novas Crónicas da Guiné (1969-1971)*, Lisboa, Prefácio, 2004, 169 páginas, com fotografias a preto e branco.

² José Alberto Mesquita, *O inferno verde. Moçambique (1968-1972)*, Lisboa, Prefácio, 2004, 205 páginas, com fotografias a preto e branco.

num posto perdido a norte de Nova Freixo (Niassa). Em Setembro de 1969, a FRELIMO começa a minagem e ele as suas patrulhas. O autor é franco e directo: a sua inexperiência inicial transforma-se em denodo. Com ele não há romantismos: descreve a tortura de um velho chefe de aldeia cuja população foi obrigada a fugir. Ferido num acidente, o autor foi tratado em Nampula, onde reina a burocracia militar, para retomar, em seguida, as operações para lá do rio Lugenda, onde mata dois guerrilheiros.

Ele odeia a imbecilidade rancorosa dos oficiais de carreira dos gabinetes. Condenado, é transferido para uma antiga missão dos Nazarenos, nas proximidades de Furancungo (a norte de Tete), onde assiste à execução de um indivíduo acusado de colocar minas. Deita fogo a uma povoação, onde mata um comissário político. Depois de um velho chefe guerrilheiro lhe ter explicado que nada tinha a perder nesta guerra, começa a duvidar da sua missão. Está há trinta meses no mato e numa unidade de moçambicanos. O enorme *stress* é combatido com grandes bebedeiras de cerveja. Encontra seis cadáveres de africanos pendurados em árvores e devorados por animais. Alguns guerrilheiros, enfraquecidos pela fome e pela guerra, rendem-se com crianças e mulheres. Acaba por concluir que se trata de uma guerra inútil. Mais tarde tornar-se-á anestesista e o seu livro pode ser aconselhado a todos aqueles que acreditam que é possível ganhar, a longo prazo, uma guerra colonial quando o adversário, para além da fé na vitória, está tão bem armado como a outra parte e quando esta já perdeu a fé e a confiança na justiça da sua missão.

Mesmo entre os superprofissionais da guerra — e Deus sabe que o Exército e a Polícia sul-africanos tinham formado muitos deles para alcançarem espantosas vitórias no terreno — o cansaço e a dúvida também podem instalar-se. Peter Stiff, antigo polícia que se tornou autor e editor do seu *Covert War*³, relata, com uma profusão de detalhes inaudita, o que foram as principais das 1615 operações montadas na Namíbia e em Angola por uma unidade sul-africana de «polícias» contra o exército da SWAPO de um lado e do outro da fronteira. Se quisermos estabelecer um paralelo com as experiências portuguesas, a Koevoet seria — para muito melhor — o que os Flechas, antes dela, foram para Angola no final da sua existência. Flechas que teriam trabalhado em simbiose com as unidades especializadas do exército regular, o que, seguramente, nem sempre foi o caso em Angola no tempo dos portugueses. O relato de Stiff baseia-se, em parte, em entrevistas a antigos membros (sul-africanos) da Koevoet. Trata-se de uma reabilitação elogiosa desta polícia, vilipendiada pela sua brutalidade, mas de uma eficácia

³ Peter Stiff, *The Covert War. Koevoet Operations. Namibia 1979-1989*, Alberton (África do Sul), Galago Publishing, 2004, 512 páginas, com fotografias a preto e branco e a cores.

indesmentível: 3225 soldados da SWAPO mortos ou capturados. A razão que nos leva a referenciar esta obra tem a ver com o que o autor revela sobre as operações conduzidas no Sul de Angola a partir de 1982 (no sector ocidental, a norte do Kaokoland: mais de 200 mortos, pp. 124-128), em 1987 (no Cuanhama, onde um destacamento entra em conversações com o exército do MPLA, pp. 275-276) e, mais tarde, em 1988 (face à 50.^a Divisão cubana, pp. 323-324).

Num registo muito menos emocional e mais tradicional, a enorme obra de António José Telo⁴ constitui a pedra angular desta *História da Marinha Portuguesa* que faltava, tão cruelmente, a um país como Portugal, que pode fazer grandes coisas, mas que só raramente lhes dá a importância que elas merecem. O saudoso almirante Teixeira da Mota lamentou, na minha presença, a ausência de uma boa história da sua Armada. Não sabemos se — dentro de algumas décadas — a sua ambição terá êxito, mas, se os volumes seguintes forem tão cuidados como este, tratar-se-á de uma obra monumental. Percebemos imediatamente que este volume foi elaborado por um professor de história, e não por um amador. É necessário, no entanto, que o leitor saiba que não encontrará neste tomo I uma história das operações ultramarinas da Armada. Neste volume é abordada, se assim podemos dizer, a infra-estrutura, isto é, por outras palavras, uma história da evolução das concepções, do papel, do material e dos homens da Marinha. Ou melhor, desde a luta contra o tráfico negreiro às campanhas de «pacificação», à Grande Guerra, à defesa do império e, finalmente, ao dispositivo naval durante a guerra colonial — pelo menos 300 a 400 páginas dizem respeito ao «antigo ultramar». Não tenho os documentos — nem nunca os terei — para acompanhar a narrativa, mas o que posso dizer é que é urgente continuar o trabalho para que saibamos, de modo preciso, qual foi o papel da Marinha depois de 1824 nas colónias. Um historiador como eu, que não tem — e lamento-o — os volumes de António Marques Esparteiro (*Três Séculos no Mar*), nem mesmo os de José Agostinho Mendes (*75 Anos no Mar*), relativos aos séculos XIX e XX, só pode exprimir a sua admiração face a este primeiro edifício.

Outro texto náutico, a síntese monográfica *As Ilhas Quirimbas*⁵, dá-nos a conhecer a amplitude do trabalho que falta completar se quisermos cobrir *todas* as zonas onde a Armada desempenhou um papel maior ou menor. Nestas ilhas situadas ao largo da costa de Cabo Delgado (Norte de Moçam-

⁴ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa. Homens, doutrinas e organização 1824-1974*, t. 1, Lisboa, Academia da Marinha, 1999, 678 páginas, com fotografias a preto e branco.

⁵ Adelino Rodrigues da Costa, *As Ilhas Quirimbas. Uma síntese histórico-naval sobre o arquipélago do norte de Moçambique*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 2003, 119 páginas, com fotografias a preto e branco.

bique), a Marinha só esteve realmente activa durante curtos períodos (ocupação da baía de Tungue, primeira guerra mundial e sobretudo entre 1964 e 1974). O autor conhece bem o litoral da região por aí ter estado estacionado entre 1966 e 1968. O seu objectivo não é pôr de pé uma enciclopédia do arquipélago, onde apenas Ibo tem chamado a atenção dos historiadores (a este respeito, existe, pelo menos, uma tese portuguesa inédita que teria podido fornecer numerosos elementos novos). Mas os capítulos sobre a hidrografia, a cartografia, a farolagem e mesmo o futuro turístico destas ilhas poderão ser úteis aos leigos. O que falta em Portugal é uma biblioteca que tenha por objectivo concentrar, de forma *sistemática* e *permanente*, todos os livros (não falamos sequer das dezenas de milhares de artigos) publicados sobre o ultramar moderno nos últimos dois séculos, em Portugal e *no estrangeiro*, e fazer — respeitando os direitos de autor — a reimpressão destas obras (30 a 50 exemplares, segundo os casos) com a finalidade de assim dotar as outras bibliotecas portuguesas com estas obras. Desta forma, não aconteceria, por exemplo, que um autor português, ao escrever sobre o Norte de Moçambique, desconhecesse e não utilizasse a obra de W. Y. Campbell (ed.), *Travellers' Records of Portuguese Nyas[s]aland*, Londres, 1899, por este livro não existir em nenhuma biblioteca portuguesa nem mesmo, provavelmente, em nenhuma colecção particular portuguesa. Este exemplo pode ser multiplicado por mil! Não é só uma questão de verbas, é uma questão de vontade e perseverança. Ou talvez de interesse, o que é ainda mais grave.

Prossigamos agora para outras guerras onde se combateu ainda mais cruelmente do que entre 1961 e 1974. Desta feita, três livros italianos, em que o primeiro⁶ é um simples trabalho de várias organizações não governamentais, aparentemente muito mal documentadas, sobre conflitos que estão longe de estarem «esquecidos». Elas têm uma desculpa: a ignorância dos bibliotecários italianos sobre a África lusófona. Assim, tipicamente, apesar de os autores terem lançado os nomes de Angola e da Guiné-Bissau na sua análise geral — apoiada em dados numéricos —, o que lhes interessa não é o desenvolvimento destas guerras, mas as razões pelas quais o público italiano quase não ouviu falar delas. Ficamos a saber muitas coisas úteis. Assim, pelos seus cálculos, a televisão pública italiana, entre 1990 e 2001, dedicou 80% da sua atenção ao Kosovo, mas apenas 3% a Angola, contra 11% à Serra Leoa (p. 63). Este livro é extremamente útil para perceber por que é que os *media* italianos, designadamente a Internet, subinformam o seu público, apesar das dezenas de missões italianas em África.

Muito mais directamente implicada na análise política e estratégica dos conflitos em Angola e em Moçambique, a professora de História Subsariana

⁶ Paolo Beccegato e Walter Nanni (coords.), *Caritas Italiana & Famiglia cristiana & Il Regno, I Conflitti Dimenticati*, Milão, Feltrinelli Editore, 2003, 150 páginas, com gráficos.

da Universidade Católica de Milão, Gabriela Pagliani, oferece, em dois grossos volumes, uma espécie de enciclopédia da violência africana. Temos algumas dúvidas sobre a existência de uma ou de várias bibliotecas italianas capazes de lhe terem fornecido o volume de informação que as suas duas obras veiculam, mas ela deve ter trabalhado em centros anglo-saxões, o que a documentação apresentada testemunha. O primeiro dos seus livros⁷ oferece pelo menos 50 páginas, muito densas, sobre Angola em guerra e mais de 60 sobre Moçambique. Ela resume bastante bem tudo aquilo que os politólogos consideram, de forma mais ou menos unânime, uma explicação válida para estas duas guerras civis. O público italiano, mal informado ou pouco interessado pela África austral, não dará o seu dinheiro por mal empregue. O segundo título⁸ tem as mesmas qualidades, com a vantagem de oferecer uma espécie de sistematização do essencial do que foi publicado sobre as principais sociedades de recrutamento e de «aluguer» de mercenários em África. É sério e ainda mais detalhado — no que diz respeito, por exemplo, à presença dos «cães de guerra» sul-africanos do Executive Outcomes em Angola, ao lado do MPLA — do que aquilo que encontramos noutros lugares sob uma mesma capa. Foram eles, estes «conselheiros em matéria de segurança» (p. 163), que, com apenas 500 homens, praticamente todos antigos efectivos da aviação e das forças especiais sul-africanas dos anos 80, salvaram o MPLA entre os anos de 1992 e 1994. O profissionalismo paga. Em todo o caso, são 25 páginas indispensáveis para ficar a saber qual foi o peso da actividade mercenária em Angola.

Mais parcelar, encontramos numa recolha de contribuições⁹ um capítulo, «Huambo, une capitale provinciale au coeur de la guerre civile» (pp. 107-138), de um humanitário que conhece directamente a realidade local. Ele concentra-se sobre as consequências sociais destes anos de guerra numa cidade martirizada e asfiriada pelos seus «deslocados». O autor analisa pormenorizadamente os problemas ecológicos e o impacto das ONGs sobre a cidade. Em Dezembro de 2003, uma vintena de ONGs empregava no Huambo cerca de cinquenta expatriados e, em 2004, 2000 a 3000 angolanos (p. 133).

Ainda mais lateralmente, mas ainda assim ligado à guerra, citemos agora *From military peace to social justice? The Angolan peace process*¹⁰, um

⁷ Gabriela Pagliani, *Quando due elefanti lottano è l'erba che soffre. Strategie e conflitti nell'Africa subsahariana*, Milão, Franco Angeli, 2000, 414 páginas, com mapas.

⁸ Gabriela Pagliani (com a colaboração de Aldo Pigoli), *Il mestiere della guerra. Dai mercenari ai manager della sicurezza*, Milão, Franco Angeli, 2004, 283 páginas.

⁹ François Grünewald e Eric Levron (coords.), *Villes en guerre et guerres en ville. Pratiques humanitaires en questions*, Paris, Karthala, 2004, 392 páginas.

¹⁰ Guus Meijer (ed.), *Accord*, n.º 15, *From military peace to social justice? The Angolan peace process*, Londres, Conciliation Resources (173 Upper Street, London, NI/RG), 2004, 100 páginas, com fotografias a preto e branco.

número (n.º 15) muito rico da revista *Accord* que, em duas colunas, constitui um verdadeiro regalo para os especialistas — humanitários e professores — que se interessam por Angola ou que aí trabalham. Não podemos resumir aqui, nem sequer citar simplesmente, 14 artigos, alguns deles muito longos. Entre os que se dedicam aos conflitos mais conhecidos (1974-2002), parece-nos útil destacar um que aborda o fim da guerra com o acordo de Luena (4 de Abril de 2002), outro sobre a desmobilização, o desarmamento e a integração dos soldados da UNITA e um terceiro sobre o papel dos *media* locais durante as hostilidades. Para um conflito pouco conhecido e que persiste (pelo menos, até aos inícios de 2005), outro texto, sobre Cabinda, parece-nos equilibrado. O seu autor, devido às suas origens (Congo-Brazzaville), conseguiu escapar ao comprometimento partidário.

Voltamos a encontrá-lo, aliás, como o autor único de um livro muito difícil de ler, pois situa-se na fronteira da ciência política com a antropologia e, por capilaridade, com a história, igualmente política, uma vez que trata, entre outras coisas, do papel e do destino dos bacongo que vieram ou voltaram a instalar-se em Angola, nomeadamente em Luanda. Jean-Michel Mabeko-Tali¹¹ conhece bem esta cidade, onde chegou a ensinar e onde publicou um estudo, em dois volumes, sobre o MPLA (1962-1977). O autor não esqueceu o *pogrom* da sexta-feira, 22 de Janeiro de 1993, em Luanda e analisa-o em profundidade (pelo menos, 70 páginas são dedicadas a esta perigosa incerteza que diabolizou ou declarou, *a priori*, suspeito qualquer angolano do Noroeste que não fosse de origem mbundu).

Não é um livro para principiantes, mas coloca algumas questões cruciais. Entre elas, quem é considerado angolano aos olhos dos mbundus? Há uns que são mais angolanos do que os outros? Pode alguém ser angolano sem o saber?

Concentremo-nos agora na organização católica Caritas italiana, que auxilia, ou tenta auxiliar, os prisioneiros na África negra. Sem que o tema tenha a ver directamente com a guerra, refiramos simplesmente que no álbum fotográfico de Roberto Cavalieri¹², de cinquenta negativos, dezanove foram tirados na prisão central de Maputo e no centro de reclusão feminina de Ndavela e os restantes entre os acusados de genocídio no Ruanda ou na Serra Leoa, entre os prisioneiros de guerra liberianos, no Congo-Kinshasa, etc. É difícil não cair nas garras de uma «justiça injusta» (p. 14) se observarmos atentamente estas fotografias. Uma vez mais, só é apresentado —

¹¹ Jean-Michel Mabeko-Tali, *Barbares et citoyens: l'identité nationale à l'épreuve des transitions africaines — Congo-Brazzaville, Angola*, Paris, L'Harmattan, 2005, 336 páginas.

¹² Roberto Cavalieri, *Prima della Libertà. Carceri in Africa*, Turim, Ega Editore, 2004, 80 páginas, com fotografias a preto e branco.

para Moçambique, como para qualquer dos outros sítios — o que é mais apresentável a um visitante estrangeiro. Quanto aos que nem sequer chegam à prisão, o melhor é nem falar deles. Nem, aliás, de Montepuez!

Também não directamente ligadas à guerra — mas à violência —, as memórias, em inglês, de M. Bettencourt Dias, que, no seu terceiro volume¹³, nos mergulha de novo no Moçambique colonial (1957-1975). Este engenheiro de minas dirigia no início do período uma mina de berilo e de tantalite na Zambézia, na zona dos achirima-lomué. Ele descreve uma realidade na qual os africanos são mais honestos do que certos colonos. Este idílio cessa — segundo o autor, que por vezes data erradamente os acontecimentos — a partir de 1959 (?), quando as relações com os trabalhadores se degradam. Embora longe dos macondes e da FRELIMO (ou dos seus predecessores), a sua interpretação do ataque de Chai (o primeiro da FRELIMO, em 1964) contradiz formalmente a narrativa do capitão José Verdasca, o primeiro oficial a dirigir-se para este local e a fazer prisioneiros entre os assaltantes. Desde logo, as fraquezas da história oral são de tal ordem que devemos tratar com prudência os factos (a FRELIMO, segundo Bettencourt Dias, teria, posteriormente, enforcado a maior parte dos chefes achirima, p. 102) a que o nosso autor não assistiu. Quaisquer que eles tenham sido, mesmo que a sua narrativa seja um pouco «construída», o autor não permaneceu zangado com a FRELIMO para sempre, uma vez que em 2002 voltou a ensinar Geologia Elementar na Universidade Católica de Cuamba e visitou Metarica, local onde o pai tinha aberto a primeira escola a norte do rio Lúrio em 1935. Um outro mundo!

Algumas, breves, incursões em domínios não políticos? *Parlons ciyawo*¹⁴ é um livro de linguística sobre uma das línguas faladas no Norte de Moçambique. Redigido por dois autores do Malawi, há neste livro algumas considerações — nem sempre fiáveis — sobre a história local destes antigos escravagistas, para além de informações sobre os seus costumes. Em contrapartida, encontramos em *Fashioning Africa*¹⁵ um artigo muito interessante e original sobre a moda em Luanda, no meio de africanos interessados em afirmarem a sua angolanidade face à política assimilacionista dos últimos anos da colonização. Sem entrar em confronto com a PIDE/DGS, tratava-se de uma forma de resistência antiportuguesa através da roupa e da mú-

¹³ M. Bettencourt Dias, *An African Challenge*, Lincoln (Nebraska), iUniverse, 2005, 129 páginas, com fotografias a preto e branco.

¹⁴ Pascal J. Kishindo e Allan L. Lipenga, *Parlons ciyawo, langue et culture du Mozambique*, Paris, L'Harmattan, 2005, 253 páginas.

¹⁵ Jean Allman (coord.), *Fashioning Africa. Power and the Politics of Dress*, Bloomington, Indiana University Press, 2004, vii-247 páginas, com fotografias a preto e branco.

sica. A moda, tal como é vista por estes africanistas e feministas americanas ou africanas, é — ou foi — uma forma de reivindicação identitária, anticolonialista, no caso dos luandenses. Tudo isto, parece-me, não levanta contestação. Refiramos, no entanto, que algumas das testemunhas desta época lamentam os «bons velhos tempos» da sua juventude (?) onde até os pobres podiam pagar, no musseque, fatos feitos à medida para irem dançar. Hoje em dia, salvo ilhotas para os estrangeiros ricos e oportunistas locais, Luanda inteira é um musseque.

Na literatura, ou na paraliteratura, reconhecemos a nossa impotência para compreendermos o objectivo de *Captured Hearts and Souls*¹⁶, mas, subjacente a este romance histórico de amores multirraciais estranhos, que decorre em meados do século XIX nos Estados Unidos, descobrimos algumas ideias feitas frequentes entre certos afro-americanos (onde aqui se incluem os de origem cabo-verdiana provável). Todos os não-brancos têm nomes portugueses e falam português! Incluindo aqueles que foram raptados por negreiros brancos (*sic*) nas «ilhas angolanas» (*re-sic*)! Uma curiosidade a ler.

Ainda no registo literário, mas com uma forte tonalidade sociológica, *Os Amores das Sanzalas. Les bons tours de Cupidon*¹⁷, da angolana Dia Kassembe — que já publicou quatro livros em francês —, são histórias apaixonantes que colocam em cena casais ou indivíduos que fogem à tradição africana e/ou desafiam o racismo quotidiano dos anos 40 a 60, seja no mato, neste caso na Quissama, em Quitexe ou no Libolo, seja em Luanda. A autora não guarda uma muito boa opinião dos colonos violadores nem dos missionários fornicadores, mas tem um conhecimento íntimo das relações de domínio sexual e racial nas povoações. Mas quem é que lhe terá dito que Salazar «deportou» (p. 34), em 1938, famílias judias para Angola? Para o Libolo, parece ser a primeira autora angolana a falar dos colonos alemães nazis (nem todos o eram). Como é seu hábito, a autora prefere as generalizações à análise detalhada, mas onde é que ela encontrará em França um público suficientemente conhecedor de Angola e da sua história que a possa contrariar neste ou naquele ponto? Ela tem o monopólio do francês e todo o futuro à sua frente.

E, já que estamos na denúncia literária do colonialismo em Angola, continuemos com uma peça de teatro telúrica¹⁸. Não conheço a produção dramática portuguesa e, ainda menos, Miguel Barbosa, mas nunca li um relatório de autópsia tão «ensanguentado» sobre os mitos mantidos por certos

¹⁶ L. C. Gomes, *Captured Hearts & Souls. The Beginning of so Many Things to Come*, Bloomington (Indiana), 1stBooks Library, 2003, vi-191 páginas.

¹⁷ Dia Kassembe, *Os Amores das Sanzalas. Les bons tours de Cupidon*, Roissy-en-Brie (França), Editions Cultures Croisées, 2004, 114 páginas.

¹⁸ Miguel Barbosa, *O último colonialista*, Lisboa, Universitária Editora, 2004, 91 páginas.

retornados — nem todos — quanto às suas atitudes e ao seu comportamento em relação aos africanos. Trata-se da família dos Atrides a remoer as memórias da idade de ouro angolana e da impotência em se libertarem dos dogmas que lhes foram ensinados na escola primária. Acresce, evidentemente, o sentimento de terem sido traídos pela história e pelos autores da «descolonização exemplar». Se esta peça for levada à cena em Portugal e não gerar um motim entre o público de retornados, então Salazar está completamente morto.

Quanto ao romance angolano de Mota Yekenha¹⁹, ovimbundu e de educação católica, intitulado *Kambonha*, há poucas hipóteses de que venha a ser um enorme sucesso de livraria em Luanda, mesmo meia geração após a sua publicação. Trata-se de uma crítica desesperada, mas por vezes humorística, do poder do MPLA e da sociedade angolana, em geral, e, de uma forma ainda mais generalista, da África pós-colonial. A denúncia das «ditaduras dos [...] partidos de vanguarda, parlamentos subservientes e esta cambada de intelectuais fictícios» (p. 25) não gera grandes amizades em Angola. E dizer que na trilogia «vigilância, revolução, trabalho» só o primeiro termo foi operacionalizado também não. Ainda menos, quando o nosso autor escreveu antes da destruição das cidades do Centro de Angola. Onde estão hoje os intelectuais locais?

Talvez a lerem a tese de Eugénio Adolfo Alves da Silva²⁰, do que duvidamos, pois trata-se de um texto de uma complexidade semântica e sociológica tal que eu desafio mais de dez universitários — ou pretendentes a tal — angolanos a terminarem a leitura desta obra. Trata-se, de facto, do Evereste do jargão hermético, reservado aos ultra-especialistas da gestão de uma gente cada vez mais afastada da clareza de expressão. E, no caso de alguns, das simples competências científicas. Mas quem é que se preocupa com a eficácia de um sistema onde o mérito conta menos do que os laços familiares e/ou políticos, para não dizer étnicos, ou mesmo raciais? Este grande naufrago das esperanças das décadas de 60 e 70 em que se transformou a universidade africana!

A quem quiser ler todo o volume e compreender o que está a ler, medindo o fosso entre as ambições de ontem e as realidades de hoje da África lusófona, recomendamos o n.º 3 da revista *Estudos do Século XX*²¹

¹⁹ Mota Yekenha, *Kambonha*, Póvoa de Santo Adrião, Europress, 1992 (a data de 1990 surge também na página do título), 215 páginas.

²⁰ Eugénio Adolfo Alves da Silva, *O burocrático e o político na administração universitária. Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2004, 548 páginas.

²¹ Luís Reis Torgal e Luís Oliveira Andrade (coords.), *Colonialismo, anticolonialismo e identidades nacionais. Estudos do Século XX*, 3 (2003), Coimbra, Quarteto, 2003, 450 páginas.

que é, simultaneamente, muito rica em termos temáticos, muitas vezes inovadora nas suas escolhas, extremamente bem informada na maioria das suas contribuições, e, com toda a certeza, pode ser compreendida por quase todos os que se interessam pela descolonização portuguesa na sua última fase e pelo contexto sócio-político da metrópole. Eu aprendi com os seus artigos muitas coisas, nomeadamente sobre os africanistas monárquicos, a Índia portuguesa, o colonialismo no cinema português, o PCP e a questão colonial, etc. Esta é uma iniciativa inteligente que merece ter continuidade.

Continuemos com iniciativas inteligentes, mas voltemos atrás para mostrar às bibliotecas portuguesas o que poderiam fazer se pudessem sair da sua rotina administrativa. Quantas das bibliotecas lusófonas que se interessam por Angola possuem a obra de Paul Pogge *Im Reiche des Muata Jamwo*, Berlim, 1880? E a sua reedição de 1973, da casa Kraus Reprint? E, no entanto, uma e outra edições contêm cerca de 100 páginas sobre Angola de 1874 a 1876. O que quer dizer que ao longo de um século, muito provavelmente, nenhum bibliotecário lusófono considerou conveniente adquirir-las ou teve delas conhecimento! As coisas progridem lentamente neste domínio, mas acorramos em seu auxílio referindo uma reedição de 2004 que não contém apenas a edição crítica do livro de 1880, mas também alguns textos dispersos ou inéditos sobre esta expedição e mais uma dezena de outros sobre a viagem de ida e volta entre Luanda e o Congo, efectuada em 1880-1884, no quadro da travessia transcontinental de Hermann Wissmann, muito mais conhecida do que ele.

Pogge morreu em Luanda no dia 17 de Março de 1884. Esperemos que, na falta das duas edições precedentes, uma boa alma africanista lhes ofereça talvez *Ins tiefste Afrika*²², que, preparada por um dos descendentes (Hartmut Pogge von Strandmann) do explorador, recolhe o essencial do que Pogge e os companheiros ou comentadores escreveram sobre Angola entre 1874 e 1876 e, secundariamente, no início da década de 1880.

E, uma vez que estamos na assistência às bibliotecas, completemos a nossa obra caridosa acrescentando que para Moçambique, de 1880-1881, elas poderão encontrar entre as memórias²³ de um mercador de Hamburgo — mas também autor, em 1899, do livro *Die Portugiesenzeit von Deutsch und English-Ostafrika*, que esperemos exista em algumas bibliotecas lusófonas, na sua tradução inglesa, *The Portuguese Period in East Africa*, Nairobi, 1968 — um capítulo (pp. 75-82) sobre a sua estada de quase um

²² Hartmut Pogge von Strandmann (ed.), *Ins tiefste Afrika. Paul Pogge und seine präkolonialen Reisen ins südliche Kongobecken*, Berlim, trafo verlag, 2004, 477 páginas, com gravuras.

²³ Justus Strandes, *Erinnerungen an Kindheit und Jugend und an die Kaufmannszeit in Hamburg und Ostafrika 1865-1889* (Herausgegeben von Sven Tode mit Beiträgen von Leonhard Harding und Felix Brahm), Hamburgo, Verlag Hanseatischer Merkur, 2004, 304 páginas, com fotografias a preto e branco.

ano e meio em Moçambique (capital da colónia). O alemão teve poucos contactos com os portugueses e muitos mais com o cônsul britânico O'Neill. Ele refere a pouca influência dos portugueses sobre o continente e a persistência do tráfico negreiro. Como vinha de Zanzibar, conduzirá durante quinze meses o essencial das transacções comerciais (sobretudo de amendoim) em kiswahili, apreciando sobretudo a calma langorosa da ilha de Ibo. O capítulo moçambicano é muito breve e o essencial do livro é, naturalmente, consagrado à implantação alemã, mais a norte. Mas os testemunhos alemães sobre o Moçambique desta época são demasiado raros para que se possa negligenciar este livro, que contém igualmente 4 páginas sobre as suas escalas em Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane e Moçambique em 1884.

No domínio da «denúncia da selvajaria africana», um outro livro alemão agrada talvez a certos retornados rancorosos, pois, na sua demolição sistemática e sensacionalista «do primitivismo, do canibalismo e da crueldade dos negros», procura destruir os sentimentos de culpabilidade dos europeus em relação aos africanos. Para conseguir atingir esse objectivo, o autor encadeia as citações — e imagens, quando existem — mais negativas possíveis. Para Angola, Westphal²⁴ foi buscar aos autores clássicos e à imprensa popular tudo o que é possível atribuir à responsabilidade dos congolezes, da rainha Jinga e dos autores dos massacres de Março de 1961 nas fazendas de café. Para além disto, para completar este quadro devastador, os horrores da guerra civil no Centro de Angola (Cuito, etc.) sugerem-lhe outros exemplos. E, quando lhe faltam os crimes na África central, vai procurá-los na Libéria e na Serra Leoa! Trata-se de um «historiador da colonização» e de um «antropólogo», segundo o seu editor. Deve ter o seu público na Alemanha, e sobre ele nada mais diremos, para além de que se trata de um autor politicamente incorrecto e de um destruidor dos bons sentimentos. Para ele, em África, todos são desesperados e malditos, e percebemos claramente aonde quer chegar. O trabalho de bibliógrafo reserva algumas surpresas. O de coeiro também.

Mas não nos deixemos desencorajar e prossigamos em direcção a horizontes menos sombrios. *Os Retornados*²⁵ é um romance que, segundo a capa, apresenta «três vivências no feminino num roteiro de África». Na verdade, o leitor pode aí encontrar sobretudo as estratégias matrimoniais de portuguesas nos diversos meios luandenses entre 1969 e o regresso catastrófico em 1975, com muitos divórcios. A primeira página, aberta ao acaso,

²⁴ Wilfried Westphal, *Trommeln am Kongo. Der Fluch des Schwarzen Kontinents*, Essen, Magnus Verlag, 2004, 224 páginas, com fotografias a preto e branco.

²⁵ Teresa Pizarro, *Os Retornados*, Almagem do Bispo, Padrões Culturais Editora, 2004, 93 páginas, com fotografias a preto e branco.

da obra *Agostinho Neto e o seu tempo*²⁶ comporta uma gralha (Labin, em vez de Laban) que provoca algum desconforto. Se bem entendi, o autor, um jornalista que viveu trinta anos em Angola, tendo regressado em 1987, quer dar a conhecer aos que desconhecem, ou querem esquecer, o quanto a figura austera e esmagadora do primeiro presidente da República Popular de Angola se distingue da mediocridade e da venalidade do pessoal político e militar actual (e talvez mesmo futuro).

Este não é um texto de um historiador, destinado a especialistas puros e duros, mas sim uma introdução destinada ao grande público. O autor traça uma espécie de percurso cultural, ideológico, político e histórico do seu herói, não escondendo certos erros cometidos pelo MPLA nem algumas das suas fraquezas. Mas não restam quaisquer dúvidas de que esta obra constitui um elogio e não uma crítica da personagem. O autor reserva as críticas para os seus inimigos, nomeadamente para Savimbi. Trata-se, por isso, de uma biografia comprometida. O mais original deste livro relaciona-se com aquilo que diz de Neto, então no poder, e sobre as suas deslocações no interior do país (Cazombo, Menongue, etc.). Outra linha de força do discurso de Cosme terá de ser procurada nas numerosas citações e também no seu estudo do contexto cultural angolano da época colonial (as revistas e as edições Imbondeiro), tal como ele o analisa. Não tendo lido jamais uma linha destas publicações, remeto-me ao que sobre elas o autor afirma, esperando um dia encontrá-las.

O *Atlas da Lusofonia. Angola*²⁷ tem por ambição oferecer a um público pouco informado sobre este país alguns elementos, sem pretender responder às exigências dos geógrafos nem às dos politólogos e, ainda menos, às dos economistas. São ainda os historiadores os que são melhor tratados nas suas 86 páginas, uma vez que o autor dedicou 41 ao passado longínquo e recente (guerra civil) de Angola. A este respeito, teria sido útil datar a realidade descrita em certos mapas. Por exemplo, a fixação dos cubanos, referida na p. 54, é a de 1988 ou é anterior? O mapa (p. 56) das zonas ocupadas para o MPLA e a UNITA é inútil se não soubermos a que período (mês e ano) se refere. É o mínimo que podemos pedir, mesmo e sobretudo em África, onde a guerra é um fenómeno evolutivo, uma vez que estamos a lidar com uma guerrilha muito móvel.

E agora dois livros raros, pois são procedentes de gente da fé — e os religiosos portugueses remetem-se vezes demais a circuitos editoriais pouco experientes no domínio do *marketing* —, mas de uma área minoritária no panorama confessional angolano. O mais interessante historicamente é o

²⁶ Leonel Cosme, *Agostinho Neto e o seu tempo*, Porto, Campo das Letras, 2004, 218 páginas.

²⁷ Pedro Cardoso (dir.), *Atlas da Lusofonia. Angola*, Lisboa, Prefácio, 2004, 86 páginas, com fotografias e mapas a preto e branco e a cores.

romance autobiográfico²⁸ de um padre português na casa dos 40 (no período durante o qual escreveu esta obra) que foi missionário em Menongue (então Serpa Pinto), mas que viajou bastante (nomeadamente ao longo do Cubango). O autor viveu os últimos sete anos da colonização portuguesa, observados das missões. Mas trata-se de um inconformado. Ele já não suporta o celibato, nem o racismo, nem a PIDE/DGS, nem a guerra colonial, nem a disciplina e a hipocrisia dos eclesiásticos, acabando por deixar a Igreja e partir para o Brasil (1974), onde se casará, posteriormente, com uma ex-freira missionária alemã que conhecera em Angola. O seu retrato — feito a partir de dentro — das inquietações e das ambições dos missionários católicos portugueses e estrangeiros da época é único. Num país em guerra larvar (o Sudoeste angolano), ver os seus catequistas desaparecerem às mãos da PIDE não ajudou a reforçar a fé. O autor é igualmente responsável por um outro livro de temática angolana, mas que está esgotado.

O outro título, *Recantos do Mundo*²⁹, tem também uma importância historiográfica, pois documenta — parece que pela primeira vez em português — a implantação dos pentecostais (Assembleias de Deus) no Amboim, região cafeeira raramente descrita do ponto de vista religioso. Recuamos até aos anos 40-50 em Luanda para rapidamente sermos levados até ao Cuanza Sul, a partir de Porto Amboim, daí irradiando até Cela e mais além. Mas em 1975 os missionários portugueses desta Igreja abandonam o país, enquanto, segundo o autor, os católicos se mantêm no terreno (p. 303). O autor apoia os seus, preferindo pregadores vivos a mártires mortos. Apresentado por um advogado de profissão, membro desta Igreja, o texto apoia-se na literatura interna da organização. Chama a atenção para a existência de uma certa ligação entre os missionários e a DGS, o que explicará talvez a sua partida depois da independência. Em todo o caso, este fenómeno do abandono brutal não é habitual no mundo dos protestantes na Angola colonial. Não é, no entanto, único.

Ainda no domínio religioso, mas não entre os «marginais», é importante citar o livro de Serafim Lourenço³⁰, que se inscreve perfeitamente nas correntes tradicionais católicas. Os cinquenta e cinco anos de apostolado espiritual (até 2003) no Sudoeste angolano conferem-lhe uma certa autoridade para redigir uma história das missões fundadas localmente pela sua ordem.

²⁸ Luís Guerreiro, *Caminhos de liberdade e solidão*, São Paulo (Brasil), Sagra, 1992, 169 páginas.

²⁹ José Manuel Martins, *Recantos do Mundo. O pentecostalismo em Angola. Subsídios para a história das Assembleias de Deus*, Aldeia de Paio Pires (Portugal), Pedro Martins, 2004, 338 páginas, com fotografias a preto e branco.

³⁰ Serafim Lourenço, *A Missão Espiritana no Sudoeste de Angola*, Lisboa, Missionários do Espírito Santo, 2003, 234 páginas.

Na verdade, o seu texto apoia-se, inicialmente, nos escritos dos seus predecessores (nomeadamente Luís Keiling) para retratar a história de cada missão. A parte mais inovadora deste texto só começa após a independência e, para esse período, o autor parece ter sido o primeiro a relatar, posto a posto, as inumeráveis dificuldades encontradas pelos missionários que permaneceram no terreno (alguns refugiar-se-ão na Europa e nunca mais regressarão). Dificuldades que resultavam das perseguições do MPLA, da invasão sul-africana, da guerra civil e do banditismo. Ele não gosta muito nem dos marxistas nem de Savimbi. Serafim Lourenço completa esta galeria de micro-histórias com o retrato de grandes missionários espíritanos com obra feita nesta imensa região (arquidiocese do Lubango, diocese de Ondjiva e parte ocidental da diocese de Menongue). O autor trata igualmente das campanhas de ocupação. Neste sentido, o seu trabalho pode interessar a alguns leitores laicos, que não devem pensar encontrar lá desenvolvimentos sobre as tensões no seio do clero. Trata-se de um autor sempre respeitoso das antigas e novas hierarquias eclesiásticas.

Finalmente, como chegámos a um domínio no qual as minhas competências são mínimas, entremos agora num último sector onde, se existem numerosos historiadores portugueses, eu confesso uma incompetência total e notoriamente reivindicada: os Descobrimentos. Então porquê entrar neste domínio?

Simplemente para dar prazer aos leitores que tiveram a paciência de ler até ao fim este artigo, que começa com o furor das armas e termina no Evangelho.

Em *A expedição Vivaldi revisitada*³¹, que, se ousar uma previsão, interessará muito mais ao público em geral do que à linguística ciyawo, suspeito de uma estratégia para colocar em causa uma parte da historiografia tradicional portuguesa. Se foram os genoveses que, a partir de 1291, tentaram encontrar o caminho marítimo para a Índia e chegaram a Fernando Pó e à foz — às fozes — do Níger, cuja probabilidade (p. 96), fortemente documentada, é anunciada por Fernanda Durão Ferreira, ficarei com curiosidade em saber como é que os organizadores das comemorações em Portugal irão reagir. Tempestade dentro de um copo de água ou reafecção brutal das verbas? Neste último caso, talvez possamos atribuir o dinheiro às bibliotecas. Não?

Redigido em Abril de 2005.

Tradução de Carla Araújo

³¹ Fernanda Durão Ferreira, *A expedição Vivaldi revisitada*, Ericeira (Portugal), Editora Contraponto, 2003, 113 páginas.